



Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá Estado do  
Espírito Santo

Processo nº 105/2022

---

**PARECER Nº 025/2022**

**Projeto de Lei nº 06/2022. Manutenção do parecer nº 01/2022.  
Ilegalidade.**

**Senhor Presidente,  
Senhores Membros da Mesa Diretora,  
Senhora Vereadora e Senhores Vereadores,**

A assessoria jurídica mantém o parecer jurídico de nº 01/2022, uma vez que o Chefe do Executivo não quis modificar o conteúdo do PL.

Há flagrante ilegalidade.

Por haver ilegalidade deve a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final exarar parecer quanto a legalidade do PL.

Cita-se:

**REGIMENTO INTERNO**

*Art. 61. Compete à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, manifestar-se sobre todos os assuntos entregues à sua apreciação, **quanto ao seu aspecto constitucional, legal ou jurídico e quanto ao seu aspecto gramatical e lógico, quando solicitado o seu parecer, por imposição regimental ou deliberação do Plenário.***

*§ 1º. É obrigatória a audiência da comissão de Legislação, Justiça e Redação Final sobre todos os processos que tramitam pela Câmara, ressalvados os que explicitamente tiverem outro destino por regimento.*

*§ 2º. Cabe ainda a Comissão de Justiça, Legislação e Redação Final, preliminarmente, examinar a admissibilidade da matéria do ponto de vista da constitucionalidade e da conformidade à Lei Orgânica e ao Regimento Interno emitindo parecer:*

*a) se o parecer for pela inadmissibilidade total, a proposição será arquivada, após conhecimento do autor, pelo prazo de cinco dias úteis, ressalvado o disposto na alínea "b";*

*b) no caso da alínea anterior, no prazo estabelecido na alínea "a" o autor da proposição, **com o apoio de um terço dos membros da Câmara ou o Prefeito, em projetos de sua iniciativa, requerer à Mesa Diretora que submeta o parecer à deliberação do Plenário;***

*c) aprovado o parecer pelo Plenário, em discussão única a proposição será definitivamente arquivada e na hipótese de rejeitado o parecer, retornará às Comissões que devam se manifestar sobre o mérito da matéria;*

*d) se o parecer for pela inadmissibilidade parcial, a comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, proporá emenda supressiva, se insanável ou modificativa se sanável a contrariedade à Constituição, à Lei Orgânica ou ao Regimento Interno.*

Assim, deve a referida Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final exarar parecer **PRELIMINARMENTE** quanto ao aspecto legal do PL. Se for pela ilegalidade (admissibilidade) o PL será arquivado, após dar conhecimento ao Prefeito Municipal.

Caso o Prefeito Municipal queira pode requerer a Mesa Diretora que submeta o parecer prévio à deliberação do Plenário, mas deverá ter apoio de um terço dos membros da Câmara.

**É o parecer.**

Santa Maria de Jetibá-ES, 21 de fevereiro de 2022.

**ROSA ELENA KRAUSE BERGER**

**Advogada, OAB/ES 7799**